



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE
Subcomissão Permanente do PAC e do PMMV

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO PAC E DO PMCMV
– Subcomissão Permanente de Acompanhamento, Fiscalização e Controle
da Execução Orçamentária e Financeira das Obras do Programa de
Aceleração do Crescimento (PAC) e do Programa Minha Casa Minha Vida
(PMCMV)

**Relatório de Visita Técnica às Obras de Construção do
Canal Adutor do Sertão Alagoano, no Estado de Alagoas**

Relator da Subcomissão: Deputado CARLOS MAGNO



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE
Subcomissão Permanente do PAC e do PMMV

1. INTRODUÇÃO

Com base no Requerimento n.º 321, de 2012, de autoria do digno Presidente desta Subcomissão permanente, Deputado Wellington Roberto, e deste Relator, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle aprovou um rol de visitas técnicas a serem efetuadas com o objetivo de verificar a existência de possíveis irregularidades em determinadas obras que estão sendo auditadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Entre essas obras, constam aquelas relativas à construção do denominado Canal Adutor do Sertão Alagoano, no estado de Alagoas, as quais, no entender do TCU, irregularidades graves.

Participaram das visitas os seguintes membros desta Subcomissão: o seu Presidente, este Relator, e o Deputado Hugo Motta.



Figura 1 – Vista aérea do trecho 1 do Canal Adutor do Sertão Alagoano



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE
Subcomissão Permanente do PAC e do PMMV

2. BREVE DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Segundo informações constantes do *site* do Ministério da Integração Nacional, o Canal Adutor do Sertão Alagoano, que vai levar água do rio São Francisco para 42 municípios do estado de Alagoas, é considerado a maior obra de infraestrutura do estado e beneficiará mais de um milhão de pessoas. A realização da obra está sendo feita em parceria entre os governos federal e do estado de Alagoas.

O canal terá 250 km de extensão, cujo programa de construção subdivide-se, até o momento, em cinco trechos. O primeiro, com 45 km, já estaria concluído. Atualmente, as obras contariam com 1.400 operários e, em breve, seriam mais de 3.500.

Segundo o *site* da Secretaria de Estado da Infraestrutura de Alagoas (Seinfra-AL), o Canal do Sertão é o carro-chefe das ações estaduais de infraestrutura na região. De acordo com essa fonte, as obras do Canal estavam paralisadas até 2007, quando foram então retomadas, após um longo diálogo com o governo federal, que decidiu manter os investimentos no projeto, mediante contrapartida do estado de Alagoas e exigência de agilidade na execução da obra. Até 2010, o estado teria investido cerca de R\$ 37 milhões no empreendimento.

3. POSICIONAMENTO DO TCU ACERCA DE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES VERIFICADOS EM AUDITORIAS

Atualmente, dos 250 km de extensão previstos para o Canal do Sertão, as obras referentes a 150 km desses encontram-se licitadas e contratadas, e se subdividem em cinco trechos.

A contratação referente ao trecho 1 (km 0 ao km 45), já concluído, recebeu do TCU classificação IGR (recomendação de retenção parcial de valores), com indícios de sobrepreço e superfaturamento.

A contratação do trecho 2 (km 45 ao km 64,7) tem igualmente classificação IGR, com indícios de sobrepreço apontados pelo TCU.

As obras do trecho 3 (km 64,7 ao km 92,93), a que se referem o Edital 40/2009 e o Contrato 18/2010, tiveram sua classificação recentemente alterada pelo Acórdão TCU AC-3146/2010, de IGP (recomendação de paralisação) para IGR, por conta da decisão de retenção de pagamentos, e encontram-se atualmente já iniciadas e em andamento.

Os trechos 4 (km 92,93 ao km 123,4) e 5 (km 123,4 ao km 150) ainda não foram iniciados, e têm classificação IGP atribuída pelo TCU. Ambos apresentam indícios de sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado, encontrados no Edital 41/2009 e Contrato 19/2010 (trecho 4) e no Edital 12/2010 e Contrato 58/2010 (trecho 5).

No tocante aos trechos 4 e 5, as garantias exigidas para resguardar os danos apontados ainda não teriam sido ofertadas pela Seinfra-AL. Por determinação do Acórdão 3.146/2010-TCU-Plenário, foi instituído grupo de trabalho para avaliação “*in loco*” dos principais serviços com indícios de sobrepreço apontados pelo TCU. O processo está em instrução na unidade técnica.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE
Subcomissão Permanente do PAC e do PMMV

Segundo informações da auditora do TCU que acompanhou o grupo de Deputados na visita em questão, o dano potencial ao erário referente aos trechos 3, 4 e 5, a preços de janeiro de 2010, montaria a cerca de R\$ 227 milhões.

4. AS OBRAS DO CANAL DO SERTÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2012

Desde 2007, o Ministério da Integração Nacional já autorizou em leis orçamentárias o investimento de mais de R\$ 540 milhões neste empreendimento.

Na Lei Orçamentária Anual para 2012 – LOA/2012 (Lei n.º 12.595, de 19 de janeiro de 2012), a obra está consignada sob a funcional-programática “18.544.2051.10CT.0027 – Construção do Canal Adutor do Sertão Alagoano – No Estado de Alagoas”, inserida na programação do Ministério da Integração Nacional.

Até 29/5/2012, o crédito orçamentário tinha uma dotação autorizada de R\$ 89.339.427,00, enquanto tinha sido liquidado e pago até então um montante de R\$ 27.086.527,00.

Mencionada rubrica não foi incluída pelo Congresso Nacional (CN) no Anexo VI da LOA/2012, que arrola os subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação (art. 9º, § 2º da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012 - LDO/2012 (Lei n.º 12.465, de 12 de agosto de 2011)).

Importa ressaltar que o ocorrido se verificou apesar de o TCU ter atribuído, à época, no tangente a três editais relativos às obras em exame, a classificação “IGP”, a qual denota a existência de indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação, segundo o que estabelece o art. 91, § 1º, IV, da LDO/2012. Como visto acima, atualmente apenas dois dos três editais (e respectivos contratos) supracitados permanecem com indicação de IGP.

À época da tramitação do projeto da LOA/2012 no CN, o Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, teve aprovada sua proposta de não inclusão da rubrica em comento, após levar em consideração as informações prestadas pelos representantes do Ministério da Integração Nacional e o compromisso expresso do Secretário da Seinfra-AL de “somente emitir ordem de serviço de quaisquer dos trechos das obras do Canal mediante a prévia formalização das medidas que resguardem os erários Públicos Federal e Estadual”.

5. A VISITA TÉCNICA

Após viagem entre Brasília (DF) e Maceió (AL) na noite de 13/6/2012, o grupo de Deputados em visita técnica partiu de Maceió em helicóptero na manhã do dia posterior, com direção ao início do Canal Adutor (obra de captação), situado na região do município de Delmiro Gouveia (AL). Os Parlamentares foram acompanhados, entre outros, de um consultor de orçamento e fiscalização financeira desta Casa, o Sr. Edson Moraes; de uma auditora do TCU (4ª Secretaria de Fiscalização de Obras – Secob-4), a Sra. Juliana P. M. de Carvalho; do



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE
Subcomissão Permanente do PAC e do PMMV

Subsecretário Adjunto (Projetos Especiais e Irrigação) da Seinfra-AL, Sr. Alzir Lima; e de um engenheiro de uma das empresas contratadas pela Seinfra-AL para a fiscalização e gerenciamento das obras, o Sr. Adalberon, da Hidroconsult.

No ponto de captação, visitou-se a estação elevatória e a casa de bombas, ao lado do lago Moxotó. No local, o grupo tomou conhecimento de que, em determinada etapa da construção do empreendimento, o governo de Alagoas teve que acordar com a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás uma ampliação da subestação de energia elétrica que alimentaria o sistema de bombeamento daquela estação elevatória, uma vez que a potência disponível à época se revelava insuficiente para o seu funcionamento.



Figura 2 – Estação elevatória e casa de bombas

Percebemos que a estação elevatória apresentava sutis sinais de deterioração (corrosão de partes metálicas, por exemplo) que davam certa impressão de abandono ou de que a obra poderia ou deveria estar com um ritmo de mobilização acima do que apresenta na realidade. Essa velocidade aparentemente reduzida poderia, inclusive, ter decorrido das negociações com a Eletrobrás em um passado recente, ainda que o Secretário Adjunto da Seinfra-AL tenha afirmado que todos os acertos já tinham sido realizados no tangente ao fornecimento adequado de energia elétrica.



Figura 3 – Sinais de má conservação em estruturas da estação elevatória



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE
Subcomissão Permanente do PAC e do PMMV

De todo modo, sobretudo por ter em vista a previsão de entrada em operação dos geradores remanescentes ainda não instalados, solicitamos à Seinfra-AL cópia de toda a documentação referente à negociação entre o estado de Alagoas e a Eletrobrás e o Governo federal, a fim de subsidiar eventual atuação do Congresso Nacional no propósito de prevenir futuros atrasos nas obras do Canal Adutor. Fomos informados de que a previsão de energização das bombas é para setembro de 2012.

Em seguida, o grupo se deslocou à região de Alto dos Coelho (perto do município de Água Branca), para visitar, no trecho 2, um canal retangular e uma ponte canal. Foram-nos explicados vários aspectos técnicos envolvidos nesta etapa do empreendimento, que teria 54% executados e previsão de conclusão para dezembro de 2012.



Figura 4 – Obras de construção de canal retangular no trecho 2



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE
Subcomissão Permanente do PAC e do PMMV



Figura 5 – Membros da Subcomissão recebendo informações em ponto de observação do trecho 2



Figura 6 – Obras de ponte-canal no trecho 2



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE
Subcomissão Permanente do PAC e do PMMV

A partir de então, seguiu-se à visita do trecho 3, que tem previsão de conclusão para julho de 2013, onde discutimos questão que é fonte de conflito de interpretação entre a unidade técnica do TCU responsável por auditar e fiscalizar o trecho e as equipes responsáveis pela execução da obra e a Seinfra-AL.

Trata-se da definição do preço de serviços de escavação que, particularmente em referência ao trecho, deu origem à classificação de IGP (recomendação de paralisação), posteriormente alterada para IGR por conta da decisão de retenção de pagamentos. A auditora do TCU nos informou que, em decorrência dessa falta de consenso supra, havia sido constituído há cerca de um ano grupo de trabalho de técnicos daquele órgão para fazer análise do ciclo completo do trecho, o qual tinha acabado de concluir sua segunda e última visita de inspeção. Suas conclusões, juntamente com o resultado de reunião agendada pela Secob-4 com a Seinfra-AL ainda para o mês de junho, deverão subsidiar o relatório a ser adotado pelo Ministro Relator do Tribunal, o que permitirá a seu pleno chegar a uma decisão de mérito (não mais preliminar).



Figura 7 – Obras do trecho 3 que são fonte de discordâncias de interpretação entre o TCU e a Seinfra-AL

Por fim, foi-nos proporcionado apresentação em Powerpoint e outra em vídeo, com informações gerais sobre o projeto do Canal Adutor do Sertão Alagoano e sobre o andamento atual das obras dos trechos já licitados, contratados e com execução iniciada.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE
Subcomissão Permanente do PAC e do PMMV



Figura 8 – Apresentação do Subsecretário da Seinfra-AL sobre o empreendimento

O grupo almoçou no restaurante do canteiro de obras do trecho 3 e, em seguida, dirigiu-se, em helicóptero, de retorno a Maceió, com escala em Paulo Afonso (BA) para reabastecimento.

Na chegada a Maceió, fomos recebidos pelo Secretário da Seinfra-AL, Sr. Marco Antônio Fireman, em seu gabinete e ainda em companhia da representante do TCU. Nesse momento, foram abordados assuntos sobre o posicionamento daquele órgão estadual quanto às irregularidades graves apontadas pelo Tribunal e sua intenção de tomar providências para a resolução das discordâncias ainda pendentes.



Figura 9 – Reunião com o Secretário da Seinfra-AL, em Maceió



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE
Subcomissão Permanente do PAC e do PMMV

Com o espírito de mediadores que, em certa medida, representávamos na ocasião, e com a intenção de providenciar soluções de negociação que pudessem conferir maior celeridade ao andamento dessas tão importantes obras visitadas, o grupo de Deputados em visita concluiu pela proposição que se segue. Caso remanesçam discordâncias entre as partes envolvidas na execução e na fiscalização das obras do trecho 3 do Canal, será agendada, com intermediação da auditora do TCU então presente, reunião dos Membros desta Subcomissão com o Ministro Relator do processo no TCU.

O intuito de tanto seria o de contribuir para o alcance de uma solução de consenso, com o fito de se evitarem atrasos ainda maiores na conclusão das obras e os consequentes prejuízos à população daquela região que vislumbra há mais de uma década ser beneficiada com a entrada em operação do Canal Adutor do Sertão Alagoano.

É o relatório.

Sala da Comissão, em

.

Deputado CARLOS MAGNO
Relator da Subcomissão